

Fazenda São Bernardino

Nelson Aranha

HISTÓRICO

Considerado um dos mais belos e completos exemplares de fazenda colonial no Rio de Janeiro (embora não seja tão antiga – data da segunda metade do século XIX), a Fazenda São Bernardino reunia em seu conjunto arquitetônico todos os detalhes que a fizeram ser tombada, por solicitação do prefeito Ricardo Xavier da Silveira, como patrimônio artístico e histórico pelo SPHAN, em 26 de fevereiro de 1951.

Localizada dentro do território da Vila de Iguaçú, a mais próspera da Província do Rio de Janeiro, a Fazenda São Bernardino é fruto indireto das atividades econômicas de sucesso e da fortuna do Comendador Soares (considerado, por sua forte influência política na Província, o restaurador da Vila de Iguaçú, vindo a ser presidente de sua Câmara Municipal diversas vezes), através de uma de suas sociedades, uma firma comercial com Jacinto Manoel de Souza e Melo. Uma das filhas do comendador – Cipriana Maria Soares – foi casada com um sobrinho de Jacinto Melo (Bernardino José de Souza e Melo, fundador da Fazenda São Bernardino) que passa a ser sócio do sogro em vários outros negócios de sucesso.

Tendo suas terras sido adquiridas a partir da década de 1860 (embora o Comendador já possuísse o sítio Cachimbau a mais tempo), a Fazenda São Bernardino era servida pela extinta Estrada de Ferro Rio D'Ouro que lhe cortava as terras na altura do citado sítio – havia uma parada em frente à fazenda e que era acessada através da alameda de palmeiras imperiais, das quais, parte ainda subsiste. Acredita-se que o planejamento e a construção da fazenda tenham sido iniciados na mesma década, tendo sua conclusão e inauguração em 1875.

A segunda metade do século XIX foi um tempo de muitas e rápidas mudanças, em todos aspectos: político, econômico, social etc; a inauguração das vias férreas e o deslocamento do eixo econômico, as transferências da Matriz Paroquial e da Câmara Municipal para o Arraial de Maxambomba (atendido pela ferrovia), as febres, Lei dos Sexagenários, Lei do Ventre Livre e Abolição da Escravatura, Proclamação da República, entre outros. À Vila de Iguaçú era decretado o fim; a Fazenda São Bernardino, que estava compreendida dentro do seu território, perdia sua importância e passava a ser casa de campo e caça, já que sua produção não objetivava de todo fins comerciais, e sim, a produção de sustento da própria fazenda e das casas dos parentes dos proprietários, na então Vila de Iguaçú.

A fazenda, pouco usada, mas ainda em bom estado, foi vendida aos sócios João Julião e Giácomo Gavazzi pelos herdeiros de Bernardino, em 1917. Gavazzi não a utilizou como residência e, sim, com fins de implantação de suas atividades econômicas – inicialmente a citricultura; assim promoveu violento corte nas florestas existentes na área, abriu uma estrada para passagem dos caminhões de lenha prejudicando, dessa forma, as bases de pedra e cal das cocheiras e abatendo algumas das palmeiras imperiais. Em janeiro de 1940 o prefeito de Nova Iguaçú, Ricardo Xavier da Silveira, oficia ao SPHAN solicitando o tombamento da Fazenda São Bernardino. Somente em 1951 a fazenda é tombada como patrimônio histórico e artístico.

Pouco restou da opulência de outrora. Segundo Waldick Pereira, o próprio

Gavazzi saqueou e vendeu quase tudo que havia no conjunto. Em meados da década de 1980 ocorre o golpe final da história da São Bernardino: um incêndio suspeito terminou por arruinar o pouco que restara da fazenda, que já havia sido saqueada e abandonada aos rigores do tempo e do clima.

CRONOLOGIA

13/10/1861 – A firma Soares & Melo, como cessionária da viúva Moreira (de Luiz Manoel Bastos), José Joaquim Gonçalves, Manoel José Ferreira, Manoel de Moura Alves e Barão do Guandu (credores de José Frutuoso Rangel, inventariante de sua mulher, Antônia de Moura Rangel), adquire terras do citado inventariante, após o pagamento das dívidas do casal. Tratava-se de um sítio de floresta, em terras próprias, com trezentas e oitenta e sete braças e sete palmos, mais ou menos, com todas as benfeitorias e onze escravos, pelo valor de três contos de réis. Tudo registrado no cartório do tabelião José Manoel Caetano dos Santos (processo nº 2.252, existente no Cartório do 1º Ofício de Nova Iguaçu). O sítio é comprado posteriormente por Bernardino José de Souza e Melo por dois contos de réis.

03/06/1862 – Bernardino José de Souza e Melo adquire o sítio Bananal (vizinho ao sítio Cachimbau, do Comendador Francisco José Soares) que era de propriedade de Francisco de Paula e Silva e sua mulher, Maria Maciel Rangel da Silva. Este sítio media 434 braças de testada e 603 de fundos, confrontando-se ao norte com o de José Gonçalves Bastos, ao sul com o de José Frutuoso Rangel, nos fundos com o dos herdeiros do Capitão Joaquim mariano de Moura e na frente com o de Fortunato José Pereira. O citado sítio estava hipotecado a Francisco José Soares e Luísa Joaquina da Costa Neves que abriram mão da hipoteca em favor de Bernardino José de Souza e Melo. Os dois sítios são anexados e formam o primeiro núcleo territorial para compor as terras da futura Fazenda São Bernardino.

1862 – Acredita-se que neste ano tenha sido planejada a construção da fazenda.

1875 – Neste ano, conforme inscrição outrora existente na fachada principal da Casa Grande, teria sido concluída a sua construção e inaugurada a fazenda, conforme constava, até 1976, na placa fixada na fachada do prédio.

1917 – Os sócios João Julião e Giácomo Gavazzi compram a Fazenda São Bernardino do Coronel Alberto de Melo, herdeiro de Bernardino.

Janeiro de 1940 – Por ocasião do aniversário do Município de Nova Iguaçu, o prefeito Ricardo Xavier da Silveira encaminhava ao diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ofício solicitando a preservação da Fazenda São Bernardino.

26/02/1951 – A Fazenda São Bernardino recebe o tombamento solicitado pelo prefeito Ricardo Xavier da Silveira, ficando registrada, no SPHAN, sob o número de inscrição 390, do Processo 432-T, do Livro “Belas Artes”, às folhas 76.

Julho de 1965 – O historiador Waldick Pereira, do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu, visita a Fazenda São Bernardino e faz um levantamento do estado da mesma e de seu patrimônio. Restavam algumas peças originais e outras da época da compra: mobiliário, fogão de ferro (ainda em funcionamento), um grande espelho oval na sala principal, candelabros e peças da capela, entre outras. Na senzala e nas construções do engenho: bomba a vapor, peças de carruagens, ferragens, polias, tonéis, um carro-de-boi e móveis quebrados.

Julho de 1965 – Os arquitetos Alexander Nicolaeff e Fernando Abreu, do Instituto dos Arquitetos do Brasil emitem um relatório descritivo a partir de sua visita à fazenda.

1967 – A convite de Waldick Pereira, do IHGNI, o Coronel Alberto Soares de Souza e Melo e Bernardino José de Souza e Melo Júnior, herdeiros de Bernardino José de Souza e Melo, construtor da fazenda, visitam-na, constatando o estado em que se encontrava a mesma e, ao mesmo tempo, indicando nas benfeitorias onde se localizavam os objetos, dependências e como eram desenvolvidas as atividades do dia-a-dia.

8/12/1975 – O Decreto nº 1459 dava provisão à desapropriação da fazenda com fins de preservação e criação de um “Parque de Múltiplo Uso”.

30/12/1975 – A Lei nº 50 dispendo sobre o “Uso e Ocupação do Solo/Zoneamento” inclui a região de “Iguaçu Velha” e “Fazenda São Bernardino” na “Zona Turístico-Cultural” do município.

23/04/1976 – O Decreto 1520 ratifica o de nº 1459 e desapropria a fazenda de Giacomo Gavazzi, seus herdeiros ou sucessores.

02, 03 e 04 de abril de 1976 – Realiza-se em Nova Iguaçu um “Encontro Regional de Patrimônio Histórico e Artístico”, promovido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (do Departamento de Cultura da Secretaria de Estado de Educação e Cultura). O debate foi pontuado por dois principais aspectos: “conceito de restauração” e “propostas para a utilização da fazenda”.

06/07/1976 – A Portaria Municipal nº 4 constitui uma comissão para providenciar o levantamento dos bens da fazenda. Constou no relatório desta comissão terem sido encontrados apenas os seguintes bens, além dos prédios do engenho e demais dependências do plano inferior: uma “máquina a vapor”, “um tonel” e “um carro-de-boi”.

Dezembro de 1977 – A Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana (FUNDREM) contrata os serviços do escritório técnico da firma “Júlio Diniz Pinheiro e Carlos Alberto de Souza Arquitetos Associados Sociedade Civil Ltda”, para a elaboração do “Projeto de Restauração Arquitetônica” do conjunto “Engenho e Senzala”. Foram realizadas escavações, coletados restos de ferragens empregadas na construção (cravos, fechadura e espelho, corrente, dobradiça, parafusos), capina e remoção de entulho (resultado do desabamento de grande parte do telheiro, do madeirame e de paredes). Os espaços arquitetônicos e a multiplicidade de serviços foram revelados pela prospecção e através de fotografias antigas

Meados da década de 1980 – Um incêndio terminou por arruinar o pouco que restara da fazenda, que já havia sido saqueada e abandonada, sem que tenham sido tomadas as providências necessárias e prometidas a tão importante bem, nem pela municipalidade que não possuía recursos para tanto, nem pelo governo federal, que havia se comprometido no projeto.

DESCRIÇÃO PATRIMONIAL

Casa Grande – Construída sobre um promontório que dominava a região, tinha as

paredes externas originalmente pintadas na cor amarelo-creme. Portões, janelas, portas e guarnições pintadas de verde-escuro. As paredes internas “caídas de branco” (conforme inscrição datada de 1887, encontrada em uma das dependências do engenho em 1977). As telhas e tijolos foram fabricados nas olarias próximas. Escada dupla na entrada principal com gradil e pátio em folha de cobre. Janelas com folhas divididas com rico desenho de vidraçaria colorida. Beiral de telhas de louça azul. Internamente forrada em fino trabalho de estuque. O piso e a escada internos em madeira. À época da compra da fazenda restavam algumas peças originais e outras de período posterior, tais como: mobiliário, fogão de ferro (ainda em funcionamento), um grande espelho oval na sala principal, candelabros e peças da capela, entre outras.

Engenhos (Casa de Farinha, Alambique, Engenho de açúcar), e Senzalas (dos escravos da Casa Grande e dos escravos com outras funções) – em nível inferior e junto à estrada de acesso à Tinguá. Casas do Engenho montadas em sólidos alicerces de pedra e cal, com paredes edificadas com tijolões bem cozidos onde funcionavam os maquinismos (máquina a vapor, moenda, bases das engrenagens que movimentavam as polias da Casa de Farinha) necessários para o fabrico de aguardente, farinha, polvilho, tapioca, açúcar, café e fubá, ou seja, o Moinho de Fubá, a Prensa de Mandioca, Forno, Tanques, etc. Todas essas dependências ligadas à Casa Grande, no plano superior, pela Beira e por uma escadaria. Fora do corpo da Casa do Engenho, e entre esta e o início do pomar, um grande poço para lavagem das canas sujas de lama, para uso nas hortas e no pomar, etc. A poucos metros do Engenho, no sopé de um monte, cercada e coberta por tijolos, havia uma nascente de água potável que era coletada pelos escravos para as atividades da fazenda. Isto, antes da captação das águas da represa de Tinguá, cujos encanamentos passavam paralelamente à ferrovia, em frente à fazenda. De tudo que era fabricado, apenas o polvilho e a aguardente eram produzidos com objetivos comerciais; o restante servia ao consumo interno e de parentes instalados na Vila de Iguazu. O Engenho produzia 2000 litros de aguardente por ano, segundo informações do Coronel Alberto de Melo, válidas para o ano de 1917.

- 1 – Alambiques
- 2 – Base das engrenagens (que movimentavam as polias da Casa de farinha)
- 3 – Beira
- 4 – Bomba a Vapor
- 5 – Caldeira
- 6 – Carpintaria
- 7 – Carro-de-boi
- 8 – Casa de Farinha
- 9 – Casa do feitor
- 10 – Cocheiras
- 11 – Córrego (nascia no pomar, corria ao longo do casario recolhendo as sujidades e desaguando no riacho Cachimbau)
- 12 – Depósitos de água
- 13 – Depósito de bagaço
- 14 – Depósito de lenha
- 15 – Depósito de cana e Picadeiro
- 16 – Depósito de produtos químicos (nos fundos da casa de máquinas) usados no fabrico do açúcar
- 17 – Destilaria
- 18 – Entrada para descarga de lenha e de cana
- 19 – Espaços para o purgo e o soque do café

- 20 – Ferraria, Ferragens e Polias
- 21 – Fornalhas
- 22 – Forno
- 23 – Forno para tachas
- 24 – Garagem e Guarda de arreios
- 25 – Guarda de vasilhames e peças sobressalentes
- 26 – Moenda
- 27 – Moinho de Fubá
- 28 – Peças de Carruagens
- 29 – Plataforma de desembarque de cana
- 30 – Poço
- 31 – Pomar
- 32 – Prensa de Mandioca
- 33 – Tanques e Tonéis
- 34 – Tulhas

Renque de Palmeiras Imperiais – marcando a ligação entre o conjunto e a estação da estrada de ferro.

BIBLIOGRAFIA

Fontes de Consulta:

1 – Relatório da FUNDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro) de 1977.

2 – Entrevistas com os dois últimos proprietários da Fazenda São Bernardino (em 1967, Waldick Pereira entrevista Alberto Soares de Souza e Mello; em 1968 Ney Alberto Gonçalves de Barros entrevista Giacomo Gavazzi, último proprietário). Documentação existente nos arquivos do IHGNI.

3 – Correspondências e anotações – cópias nos arquivos do IHGNI.

4 – PINTO, Alfredo Moreira. *Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1894.

5 – ANÔNIMO. *Traços Biográficos do Comendador Francisco José Soares*. Tipografia Comercial, Rio de Janeiro, 1874.

6 – FORTE, José Mattoso Maia. *Memória da Fundação de Iguaçu*. Tipografia do Jornal do Comércio Rodrigues e Cia. Rio de Janeiro, 1933.

7 – PEIXOTO, Ruy Afrânio. *Imagens Iguaçuanas*. Tipografia do Colégio Afrânio Peixoto. Nova Iguaçu, 1968.

8 – FAIRBANKS, George Eduardo. *Observações Sobre o Comércio do Açúcar e o Estado Presente Desta Indústria em Vários Países Acompanhadas de Instruções práticas Sobre a Cultura da Cana e o Fabrico dos Seus Produtos*. Tipografia C. Mercantil de R. Lessa e Cia. Bahia, 1847.

9 – GERSON, Brasil. *O Ouro, o Café e o Rio*. Livraria Brasileira Editora. Rio de

Janeiro, 1970.

10 – SANTOS, Noronha. *Meios de Transporte no Rio de Janeiro*. Tipografia do Jornal do Comércio Rodrigues e Cia. Rio de Janeiro, 1934.

11 – SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais 1816-1822*. Editora Itatiaia, Edusp. Belo Horizonte, São Paulo, 1975.

12 – PEREIRA, Waldick. *Cana, Café e Laranja – História Econômica de Nova Iguaçu*. Fundação Getúlio Vargas, SEEC, Instituto Estadual do Livro. Rio de Janeiro, 1977.